

# Pluralismo ou privilégio Participação e mediação re-elitizadas

Pedro Pereira Neto & Claudia Lamy

*Escola Superior de Comunicação Social, IPL / CIES-IUL*

E-mail: pedropneto@hotmail.com / claudialamy@gmail.com

## Resumo

Demasiada produção de conhecimento científico apresenta a tecnologia como variável independente em processos de participação cívica de natureza política. Resulta de uma parte demasiado significativa das análises e propostas uma visão pragmaticamente próxima da visão da teoria das elites, ou seja, de que um grupo pequeno organizado (utilizadoras/es da web) comanda/transforma a sociedade a partir da sua posição de privilégio. Deste modo, o que começa como um projecto de pretensa repluralização do sistema político torna-se o reconhecimento da sua impraticabilidade. Baseado em dados resultantes dos

projectos Sociedade em Rede de 2003 e 2013, pretende-se com este artigo demonstrar que a disponibilidade de espaços virtuais para a participação cívica política não se traduziu em maior igualdade nesta, não diminuindo limites e condições pré-existentes de participação nem superando em capacidade explicativa os factores que lhe subjazem. Como tal, uma das principais dimensões a equacionar neste âmbito é a prevalência da acção de elites, recorrendo a uma teoria democrática elitista competitiva, de potencial explicativo bastante superior.

Palavras-chave: democracia; participação política; redes sociais virtuais; media sociais.

## Abstract

A great deal of the contemporary scientific knowledge production presents technology as an independent variable in processes of civic participation of political nature. It is for that significant part of the analysis and proposals presented in this subject that an alterna-

tive, pragmatic, view of the theory of the elites should be offered: that a organized smaller social groups of web users, from the vantage point of their privileged position, command/transform society. In this way, what begins as a project of alleged replanting of the

Data de submissão: 2019-03-14. Data de aprovação: 2020-04-27.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.



political system becomes the recognition of its impracticability. Based on data resulting from the Sociedade em Rede projects of 2003 and 2013, this article intends to show that the availability of virtual spaces for civic political participation did not translate neither into greater equality in it, nor in reducing pre-existing li-

mits and conditions of participation or explaining the factors underlying it. As such, one of the main dimensions to be considered in this context is the prevalence of the action of elites, resorting to an elitist competitive democratic theory, of explanatory potential much superior.

Keywords: democracy; political participation; social virtual networks; social media.

## Introdução

UM espectro ronda a análise da participação política no século XXI – o espectro da crítica ao triunfalismo das narrativas deterministas tecnológicas, as quais promovem incessante e entusiasticamente a tecnologia como variável independente em processos de participação cívica de natureza política, reproduzindo uma gnose cuja hegemonia nada parece dever ameaçar. O que sugere, impondo, essa gnose? Um silenciamento espiralado e espiralante do pensamento não alinhado com a celebração da técnica, equiparável às dinâmicas de populismo paradigmático e determinístico verificado aquando da celebração da popularização de cada meio de comunicação à distância do passado.

São cada vez mais visíveis as limitações de abordagens centradas nas potencialidades dos instrumentos, bem como os sinais de uma necessária reequação da natureza social subjacente à situação da/do cidadã(o) perante as ferramentas de comunicação de que se serve, e do significado e papel que lhes atribui. Importa que essa reequação seja cada vez mais oferecida como contraponto à fantasia sobre o triunfo necessário, inevitável e hegemónico da técnica. Não são novas, as narrativas utópicas sobre a democratização do acesso e respectiva utilização para fins de participação e consensualização políticas, assim como não são novos os reconhecimentos das desigualdades existentes nas sociedades contemporâneas neste plano.

Por um lado, se a autonomia e a participação através de novos espaços virtuais deveria, em teoria, diminuir as barreiras ao envolvimento político cívico a ponto de torná-lo mais atraente para cidadã(o)s com menores recursos – como, por exemplo, com menor escolaridade – tal não se confirma na prática, como haviam vaticinado já, e com décadas de intervalo, Schattschneider (1960) ou Putnam (2000), acentuando-se dinâmicas sociais de desigualdade pré-existente, quer pelo que implicam de potencial incompreensão das questões, agendas, estratégias e ideologias presentes, quer pelo obstáculo que a ausência desses recursos constitui precisamente para qualquer participação nesses espaços (Anduiza *et al.* 2009; Ellison *et al.* 2011; Goode 2010).

Por outro lado, a conduta cívica e política não tem lugar num vazio de poder ou de hierarquia, razão pela qual a insatisfação com o funcionamento das democracias, constatada com matizes diferentes em diversas latitudes, reproduz em espaços virtuais as hierarquias existentes nas respectivas sociedades, mesmo que o modo (e, dele decorrente, o instrumento) de organização possa ser diferente – razão pela qual, aliás, os grupos que agem nesses espaços virtuais nada trazem de radicalmente novo.

É, também, provável que as mesmas dimensões que tornam politicamente activas/os e interessadas/os as/os cidadã(o)s no mundo offline se projectem igualmente em espaços virtuais, incluindo ao nível da constituição de grupos de referência e acção (Gaines, Mondak, 2009). Aliás, que o envolvimento e a participação cívica política constituam actividades gratificantes depende do perfil da/o cidadã(o) em causa: para aquelas/es politicamente ativos, tal envolvimento pode ser materializado em diferentes plataformas; para aquelas/es não politicamente activas/os, pode ser visto como inadequado, ou privado, isto é, que não deve ser materializado em arenas semi-públicas.

Assim, o que resulta de uma parte demasiado significativa das análises e propostas neste plano é uma visão pragmaticamente próxima da visão da teoria das elites, ou seja, de que um grupo pequeno organizado (utilizadoras/es da web) comanda/transforma a sociedade a partir da sua posição de privilégio.

Deste modo, o que começa como um projecto de pretensa repluralização do sistema político torna-se o reconhecimento da sua impracticabilidade, designadamente por partir de premissas frequentemente desmentidas pelos factos: 1) que o acesso se democratiza inexoravelmente, conduzindo algumas análises a postulados inevitabilistas sobre a hegemonia futura do mesmo; 2) que acesso implica utilização, designadamente ao nível da participação política; 3) que utilização implica literacia mediática e política (Livingstone, Helsper, 2010); e 4) que deste acesso, utilização e literacia resulta um reequilíbrio pluralista do sistema político, quer ao nível da diversidade de vozes participantes, quer ao nível de um exercício pretensamente poliárquico de poder a elas subjacente.

Atendendo ao anteriormente disposto, e baseado em dados resultantes dos projectos *Sociedade em Rede* de 2003 e 2013, pretende-se com este artigo demonstrar que a disponibilidade de espaços virtuais para a participação cívica política não se traduziu em maior igualdade nesta, não diminuindo limites e condições pré-existentes de participação nem superando em capacidade explicativa os factores que lhe subjazem. Simultaneamente, que por isso mesmo uma das principais dimensões a equacionar neste âmbito é a prevalência da acção de elites, recorrendo a uma teoria democrática elitista competitiva, de potencial explicativo bastante superior a qualquer variante de-liberativa.

## Participação e Tecnologia

Se afirmação existe que caracteriza as discursividades sobre as múltiplas e contingentes relações entre participação política e tecnologia é a do impacto da segunda sobre a primeira, o que significa não apenas a recuperação do primado da *techne* sobre a *civitas* mas de tudo o que de mais determinista sempre se escreveu a propósito do desenvolvimento e utilização de meios de comunicação à distância desde a emergência da imprensa. Desta feita, e no âmbito do debate sobre a *web* – especificamente o campo das redes sociais virtuais (boyd, Ellison, 2007) – conota-se com *efectiva* relevância o seu *potencial* papel ao nível da redução dos obstáculos à participação (Standage, 1999), designadamente em modos mais flexíveis e inferior custo.

Contudo, atendendo ao pano de fundo destes debates, eles próprios jogados face a uma aparente crescente apatia política e cívica em regimes democráticos, se é certo merecem o devido escrutínio e atenção as perspectivas alegadamente revitalizantes de tal dimensão participativa, não é menos despiciendo o imperativo de considerar factores sociais a ela subjacentes, designadamente a idade, o género, a instrução e as diversas literacias que a compõem, para além da existência e contornos de um *habitus* político prévio, sem os quais não é possível aquilatar devidamente quem participa, por que razão o faz, ou se existem marcadas diferenças entre quem escolhe fazê-lo através de redes sociais virtuais e através de meios ditos mais tradicionais.

Da leitura de produção científica diversa sobre o tema resulta o reconhecimento da existência de diversas dimensões convocáveis para a compreensão da participação. Por um lado, a existência de estímulos mobilizadores (Bäck *et al.*, 2011), de natureza colectiva ou de índole selectiva, jogando-se os primeiros em torno da *percepção/representação de influência efectiva* sobre um resultado eleitoral ou iniciativa política como provável, e os segundos ao nível da *representação da participação* enquanto cumprimento de um sentido de dever, resposta a circunstâncias como o grau de satisfação com a própria vida em termos emocionais, de desempenho pessoal e profissional, ou de rendimento, e necessidade de expressão individual.

Por outro lado, também os recursos mobilizáveis constituem plano de consideração necessária, desde aqueles em torno do conhecimento/literacia de carácter político, passando pela disponibilidade de meios económico-financeiros que permitam essa participação, ou a disponibilidade de acesso a meios tecnológicos e respectiva literacia de apropriação e uso (Teorell *et al.*, 2007). De modo sucinto, as conceptualizações da participação tendem a valorizar a caracterização prévia à participação em termos de perfis de *envolvimento anterior* e de *recursos disponíveis ou mobilizáveis* para ela – antecedentes familiares, grau de instrução, profissão e situação perante o emprego, escalão de rendimentos, género, faixa etária, e desenvolvimento do interesse ou literacia política –, influenciando decisivamente não apenas o perfil de quem participa mas o modo segundo o qual essa participação tem lugar..

## Que participação?

Um dos principais problemas com a abordagem de fenómenos e contextos de participação é a inexistência de um consenso conceptual sobre o significado da sua prática, dificuldade à qual a diversificação crescente de condutas e instrumentos acresce complexidade (Adler & Goggin, 2005; Anduiza *et al.*, 2009). Aliás, uma das respostas mais perigosas no âmbito da sua definição é o chamado *alongamento conceptual* (Berger, 2009; Sartori, 1970), ou seja, a diluição do significado de um conceito a ponto de significar coisas completamente diferentes, a ponto de tornar-se inútil e confundindo mais do que esclarecendo. À luz da definição de Verba e Nie (1972: 2), segundo a qual a participação constitui um conjunto de actividades apontadas ao exercício de influência sobre a governação – ou, um pouco antes, de Milbrath & Goel (1977) e de Kaase & Marsch (1979), para quem ela diz respeito a actividades cidadãs voluntárias visando influenciar direta ou indirectamente as escolhas políticas em vários níveis do sistema político – e não meramente limitadas a procedimentos eleitorais como o defendido por Brady (1999) ou Van Deth (2001), podem as diversas condutas de participação online e offline ser consideradas, e comparáveis (Gibson, Cantijoch, 2011)?

Um dos problemas com a análise do que constitui de facto uma forma de participação reside no foco hegemónico colocado sobre a natureza do *político*, em detrimento de uma discussão do que constitui uma forma de *acção*. A inclusão de actividades não exclusivamente centradas em comportamento eleitoral (Barnes, Kaase *et al.*, 1979; Kaase, Marsh, 1979; Verba, Nie, 1972; Verba *et al.*, 1995; Montero, Westholm, van Deth, 2007) e a consideração de acções direccionadas a qualquer agente política/o (Teorell *et al.* 2007; Norris, 2002) com vista à produção de influência política conduzem a que devamos abordar a participação como acção ou actividade manifesta e observável em que alguém, não apenas da elite política mas igualmente qualquer cidadã(o)s, participa ou se envolve de modo voluntário (Brady, 1999).

Faz, por isso, sentido considerar o discurso enquanto etapa (e não totalidade) de um processo social contínuo de (res)significação e (re)construção de sentido (Marchiori, 2010), desenrolado ao longo de uma interpretação de participação mais fluída entre esferas privada e pública como a defendida por Adler e Goggin (2005), ou seja, de acção sobre as percepções e não necessariamente sobre a realidade política factual à qual elas dizem respeito e sobre as quais são projectadas. Isto mesmo recorda Charaudeau (Charaudeau, 2002), quando afirma dever a acção ser "pensada em relação ao sentido social que ela produz, portanto, em relação aos actores sociais que interagem entre eles para dar um sentido a seus actos e às suas vidas".

Assim, de que forma deve a relação entre discurso e acção ser conceptualizada? Por um lado, ao nível da sua função de *representação* ou de *descrição*, quer seja de acções elas próprias, quer as suas motivações, oferecendo dessa forma a narrativa que as enquadra, situa e justifica. Por outro lado, ao nível da sua função de suporte da

*interacção* entre indivíduos, simultaneamente quadro e refém de ritos cujo sentido é (re)construído continuamente de acordo com os interesses e agendas intersubjectivas presentes (Garfinkel, 1984), dimensão à qual vem Habermas acrescentar que o exercício do discurso depende sobretudo desse encontro, e não apenas da intenção ou *praxis* de apenas um(a) das/os participantes (Habermas, 1981). Existe, portanto, uma diferença fundamental entre intenção, acção e rito/contexto: ainda seguindo Charaudeau (2002: s/p),

"A *intenção* do acto de comunicação não é a mesma coisa que o *fim* da acção. Ela se desenvolve de forma ao mesmo tempo simétrica e assimétrica, ela não depende da decisão de uma única instância, mas das duas em reciprocidade aberta, e portanto se encontra em um espaço de "indecidibilidade". A intenção não tem sua origem na aplicação de regras procedimentais predefinidas e exteriores ao sujeito, como é um caso do fim. Para se alcançar um certo fim de acção, é preciso seguir um percurso obrigatório, mesmo se ele comporta várias vias e uma organização em "árvore", pois a boa aplicação das regras é a garantia de seu sucesso. Por outro lado, construir um projeto de influência através de uma finalidade comunicativa (visée) exige invenção e cálculo permanente sobre o outro, o receptor, sem que se tenha nunca a certeza do sucesso".

Tal implica, portanto, o reconhecimento da existência entre as representações de que dão conta as/s agentes sociais relativos à sua própria acção e a acção efectivamente espoletada por estas/es, designadamente no que diz respeito à medida em que essa acção se constitui como acto de participação. Desse ponto de vista importa não conotar necessariamente a afirmação de uma prática com a prática ela própria, quer relativas à/ao agente abordada/o, quer em relação à restante sociedade sobre a qual é chamada/o a pronunciar-se neste campo.

Relativamente à dimensão de *influência*, importa recordar a ascendência do debate em Ciências da Comunicação relativamente à interacção estabelecida entre indivíduos desde o contributo da chamada Escola de Columbia (Hardt, 2001), designadamente a diferença entre a natureza hegemónica do conceito de *efeito* face à natureza socialmente enquadrada do de *influência*. A essa luz, pode o exercício de influência persuasiva sobre outros indivíduos ser considerado participação política? Pode a expressão de um posicionamento ou manifestação de uma atitude sê-lo, sobretudo desconsiderando a observação, análise e consideração informada junto daquelas/es sobre as/os quais é tentada essa influência? Poderá essa interacção, à luz da posição de Ekman e Amna (2012), ser considerada (ou suscitada) uma forma latente de participação política, ou de potencial significado futuro para actividades políticas? Como escrevem,

"muito do envolvimento dos cidadãos nas democracias contemporâneas parece ser formalmente não-político ou semipolítico à superfície, isto é, actividades que

não visam diretamente influenciar as pessoas no poder, mas, não obstante, actividades que implicam envolvimento na sociedade e nos assuntos atuais. As pessoas em geral discutem política, consomem notícias políticas [...] na Internet [...] e mantêm opiniões informadas sobre política. Algumas pessoas [...] expressam suas opiniões on-line” (2012: 287).

Neste sentido, talvez seja pertinente reconsiderar o optimismo do conceito de “cidadã(o)s monitoriais” (Schudson, 1996; 1999), de acordo com o qual a cidadania contemporânea não é desinteressada ou politicamente ineficaz, apenas toma uma posição antecipada deliberada na qual buscam informações sobre política, intervindo somente quando o considera imperativo e, desse modo, contornando os canais convencionais de participação política, e em linha com as orientações “pós-modernas” constatadas, por exemplo, por Hooghe & Dejaeghere (2007) ou Inglehart (1990; 1997).

Paralelamente, a participação não precisa de prender-se directamente com o quadro institucional formal ou com elementos convencionais nesse quadro: para influenciar a agenda política ou outputs do sistema a cidadania pode desenvolver actividades anteriormente consideradas não-convencionais – assinar petições, participar em manifestações e/ou greves – mas hoje mais comuns, designadas de extra-parlamentares (Eckman & Amna, 2012) ou de consumo político (Stolle, Hooghe, Micheletti, 2005).

### **Factores subjacentes à participação**

Considerada um vector de capacitação para a participação, a instrução surge muitas vezes associada a níveis elevados de envolvimento político, sobretudo quando avaliada no papel que desempenha para o desenvolvimento de literacias e competências retóricas, de escrita ou de organização, a par daquelas que dizem respeito à compreensão do funcionamento do sistema político (Zukin et al. 2006). É, contudo, possível alegar que a instrução constitui um indicador de socialização política precoce, da qual pode resultar a posse e desenvolvimento dos recursos necessários à participação, bem como a prática desta última (Gustaffson, 2013), assim apontando na direcção de um perfil mais próximo de uma elite como condição prévia a essa prática.

Outro factor cuja consideração nos parece relevante neste âmbito é a disponibilidade de tempo e a sua relação com a natureza mais especializada das funções profissionais desenvolvidas. A disponibilidade aludida fora do âmbito familiar e académico/profissional afigura-se-nos um recurso importante para a participação política, uma vez que o desenvolvimento desta última decorre em condições desigualdade distribuídas, sobretudo quando implicam uma gestão de horário mais flexível (Verba *et al.* 1995).

A literacia política e a experiência prévia de envolvimento cívico constituem, cremos, um recurso relevante neste plano na medida em que o interesse por, o debate

de, e a intervenção em termos de influência sobre o sistema político reforçam as representações não apenas acerca deste último mas também sobre a/o cidadã(o) e a convicção do seu exercício bem sucedido (Verba et al. 1995). À experiência com, e ao aumento do interesse, consulta e debate de informação de natureza cívica e política correspondem com frequência níveis superiores não apenas de conhecimento mas da operacionalização deste, ampliando o fosso entre interessadas/os e envolvidas/os, de um lado, e não interessadas/os e não-envolvidas/os, de outro (Gustaffson, 2013).

Esta experiência prévia joga-se igualmente numa outra dimensão: aceitando que a participação possui uma dimensão (também) social, desenvolvida em contexto colectivo e entre pares, o envolvimento prévio em actividades de natureza cívica (associativa ou política) gera não apenas literacia mas reforço identitário, para além de conhecimento privilegiado sobre e mobilização para outras actividades de natureza similar, gerando capital social, ou seja, redes e normas de reciprocidade e confiabilidade delas imanentes (Teorell, 2003; Putnam 2000; Ellison et al. 2011). Neste particular, deve ser sublinhado o papel dos chamados "laços fracos", fruto da proximidade (por exemplo) a membros das mesmas organizações ou participantes nos mesmos eventos, e particularmente relevante no que diz respeito à circulação e acesso a informação, fornecendo pontes com outros grupos de contactos sociais e outras fontes de experiência e informação<sup>1</sup> (Granovetter, 1973). É, aliás, à luz desta consideração que o associativismo tem sido considerado uma prática a ter em conta na criação de capital social (Putnam 2000; Verba et al. 1995; Verba e Nie 1972). Como afirma Granovetter,

“As pessoas raramente agem com informações da mídia de massa, a menos que também sejam transmitidas por meio de laços pessoais; de outra forma, não há razão particular para pensar que um produto anunciado ou uma organização deva ser levado a sério” (Granovetter, 1973: 1374).

### **Nota historico-metodológica sobre os projectos *Sociedade em Rede***

Historicamente considerado um dos primeiros esforços de avaliação da penetração de tecnologias de informação e comunicação em Portugal, o Inquérito Sociedade em Rede, desenvolvido no âmbito do CIES-ISCTE, assinalou uma das primeiras tentativas de estudo comparativo neste campo, em linha com trabalhos de natureza semelhante já em curso noutros países, designadamente em Espanha, com cuja Universidade Oberta de Catalunya estabeleceu parceria (Costa et al, 2004).

De entre as iterações deste Inquérito são seleccionadas, para os fins propostos neste artigo, as de 2003 – a inicial – e a de 2013, considerando-se desta forma que a

1. Por oposição a "laços fortes", mais habituais numa comunidade de relações de proximidade (amigos e/ou familiares), caracterizados por uma relativamente maior homogeneidade dos seus elementos (Coleman, 1988; Putnam 2000; Resnick 2001).



década entretanto decorrida permite aquilatar do desenvolvimento estabelecido entre a sociedade portuguesa e os instrumentos informacionais de que se serve. Consistindo ambas as iniciativas em processos extensivos de recolha de dados por intermédio da aplicação de questionários, de forma directa, abordaram amostras representativas da população nacional seleccionadas mediante o método de estratificação por quotas, segmentadas depois ainda de acordo com variáveis tais como o sexo, a idade, o grau de escolaridade, a região (de acordo com a nomenclatura usada pelo INE) e a dimensão dos agregados populacionais, permitindo a selecção aleatória de um número significativo de pontos de amostragem.

Aplicado no terreno entre 19 de Março e 13 de Julho do mesmo ano, o trabalho de 2003 baseou-se numa amostra de 2450 pessoas residentes em Portugal continental, ao passo que o trabalho desenvolvido em 2013 se baseou numa amostra de 1542 pessoas, abordadas entre 29 de Abril e 8 de Julho.

### **Discussão dos dados dos projectos Sociedade em Rede**

Os últimos dez anos revelaram-se, em diversos países e continentes, um período fértil em protesto colectivo, em torno de cadernos reivindicativos que incluíram entre outras questões aquelas envolvendo percepções de injustiça económica relativa, desrespeito por direitos – de natureza diversa e ampla, de políticos, cívicos e económicos até aspectos identitários – aos quais, com frequência, era associada uma crise de representação política tradicional (Ortiz *et al.*, 2013; Lamy & Neto, 2018).

Reflexo desta tendência foi a condução, em Portugal, de protestos como o de “12 de Março” no âmbito do auto-denominado movimento “Geração à rasca” de 2011, o de 15 de Outubro de 2011, e o “Que se se lixe a Troika” de 2012, caracterizados de forma transversal por um apelo a uma democracia mais participativa, e focados numa miríade de aspectos: por um lado, a recusa do intervencionismo político-económico internacional e da natureza especulativa do funcionamento dos mercados financeiros e dos sistemas bancários; por outro lado, a crítica ao conjunto de políticas conduzidas no país às quais se atribuiu a responsabilidade por problemas como o desemprego, a instabilidade e indignidade do mercado de trabalho, a fiscalidade excessiva e iniquitária, e o sacrifício de serviços e propriedade pública em benefício de interesses privados.

### **Perfis e representações quanto à influência cidadã sobre a acção governativa**

O primeiro dado relevante a extrair da última condução deste estudo prende-se com a relação entre *potencial* colectivo exógeno de influência e *auto-representação* no exercício desta. Com efeito, o conjunto de dimensões em que são analisados os discursos produzidos por respondentes parece remeter inicialmente para uma afirma-

ção grandiloquente de transformação *potencial*<sup>2</sup> da realidade política por intervenção cidadã, subscrita por 68% no que diz respeito a capacidade de os cidadãos influenciarem os acontecimentos mundiais com mobilizações políticas e sociais – mas que, por exemplo concretizada ao nível específico da possibilidade de acabar com a corrupção política com esforço e em conjunto, recua para 52%.

Menos entusiástica se revela a população abordada quanto à efectiva responsabilização da cidadania na sua literacia política e escolhas de representantes, em que qualquer ilusão de consenso positivista se dissolve, o mesmo se verificando relativamente à sua influência no que o governo decide. Daí que, na realidade, seja sobretudo um sentimento de incapacidade de controlo das acções dos membros do governo (76%) ou de decisões políticas junto das elites mundiais (70%) a constituir o saldo da consideração, por respondentes, da sua capacidade de influenciar as decisões políticas ou económicas.

A que perfis é possível, a partir dos dados, apontar posicionamento mais positivista? Exactamente aqueles para os quais Schattschneider e Putnam apontavam já há anos: são os utilizadores de TIC, detentores de literacia específica, os mais convencidos de que as decisões políticas e os acontecimentos mundiais são influências pela cidadania, particularmente via mobilização colectiva (76% de utilizadores para 59% dos não utilizadores), em sentido semelhante do verificado relativamente à possibilidade de colocar termo à corrupção política. Na mesma linha, são também sobretudo profissionais técnicos e de enquadramento (80%), titulares de instrução de nível superior (79%), e jovens até 34 anos (73%) a subscrever a possibilidade de influência sobre acontecimentos mundiais.

Em que medida parecem ter variado estas representações? O primeiro dado relevante nesse plano é o do aumento da taxa de não-resposta, provável indicador da presença de um efeito de auto silenciamento da discordância (Noelle-Neumann, 1974). Tal parece verosímil sobretudo atendendo ao período imediatamente anterior em causa (2013), de forte incidência de acção colectiva, com influência provável sobre qualquer afirmação pela negativa do contributo cívico para a solução de qualquer problema ou exercício não determinante de participação política efectiva. Como tal, e dada a incidência desta recusa, nenhuma relevância atribuída a diminuição comparativa da convicção de que é impossível influenciar as decisões políticas, ou ao aumento da crença na mobilização colectiva para acabar com a corrupção política parece plausível.

---

2. Em linha, por exemplo, com a visão dos paradigmas de *false pluralism* e de *third-person effect*. (Glynn *et al*, 2015).

## **Representações relativas à participação efectiva da população em protestos**

Considerando os principais protestos de natureza colectiva ocorridos no país nos últimos vinte anos – solidariedade para com Timor (1999), crítica à invasão do Iraque (2003), a “Geração à Rasca” (2011), e "Que Se Lixe a Troika"(2012) – é visível nos dois últimos, aqueles especificamente relacionados com política interna, um aumento da (afirmação de) participação sobretudo entre utilizadoras/es de Internet, re colocando novamente a questão originalmente levantada por Schattschneider e Putnam do elitismo associado à participação política.

Com efeito, se se constata que o protesto a favor de Timor parece ter envolvido 4% da população, o da “Geração à Rasca” cerca de 6%, e o "Que Se Lixe a Troika"11% da cidadania nacional, os dados parecem igualmente apontar para um maior envolvimento das elites info-literadas nos dois últimos casos, de 8% (utilizadoras/es) para 2.4% (não utilizadoras/es) no “Geração à Rasca”, e de 14.7% para 5.8% no "Que Se Lixe a Troika". Em igual sentido é possível verificar valores superiores de envolvimento afirmados entre escalões etários mais baixos, entre respondentes com instrução mais elevada e com desempenho de profissões técnicas e de enquadramento – os mais info-literados.

Provável fruto da conjuntura política vivida em 2012, mais de dois terços da população afirma uma posição favorável (um sexto afirma mesmo uma posição totalmente favorável) face a estes protestos. No entanto, os valores recuam um pouco quando instadas/os as/os respondentes a pronunciar-se sobre apoio efectivo: 51% afirmam-no, pelo menos em parte, subindo os valores de quem manifesta uma posição mais equidistante. Novamente, é entre as/os utilizadoras/es, as/os mais instruídas/os, os escalões etários inferiores a 54 anos, e as/os profissionais técnicos e de enquadramento que colhe quer a opinião favorável, quer o apoio ao protesto.

Em igual sentido parecem apontar os dados relativos à avaliação feita das estratégias e práticas de condução dos protestos, excepção feita compreensivelmente à população desempregada, reveladora de maior apoio às práticas prosseguidas durante os protestos.

## **Representações relativas ao papel das redes sociais virtuais**

Especificamente sobre o papel das redes sociais virtuais para efeitos de mobilização para a participação os dados apontam para uma utilização reconhecida – sem separação de agência neste campo, ou seja, sem especificação se na qualidade de mobilizador(a), se de mobilizada/o – em aproximadamente metade da população utilizadora: pouco menos que esse valor para o protesto "Geração à Rasca"(47%), e pouco mais para o protesto "Que Se Lixe a Troika"(54%).

No entanto, neste plano importa moderar o que parece ser um acesso significativo a informação relativa à ocorrência de um protesto com o envolvimento efectivo

com essa informação. A este respeito é, desde logo, visível uma acentuada queda na aparente apropriação para capacitação cívica das redes sociais virtuais: cifra-se em aproximadamente 20% (valor significativamente inferior) a afirmação de utilização destes espaços para fins de expressão de opinião (17% para o primeiro protesto anteriormente indicado, e 22% para o segundo).

Em igual sentido de afirmação de uma postura civicamente passiva se revelam outros dados. Por um lado, a manifestação de apoio virtual, no ano anterior, mediante um 'gosto' (ou, em alguns casos, um comentário) a uma causa nacional foi afirmada por 44% das/os respondentes, caindo esse valor (38%) no caso de causas internacionais. Um envolvimento praticado mediante comentário (positivo ou negativo) das políticas do governo já colhe 30%, e um valor ainda inferior (23%) afirma o mesmo relativamente a figuras públicas.

Por outro lado, indicador de maior compromisso participativo, a publicação (post) de apelo à participação em manifestações recolhe apenas 15% de afirmação, a crítica de práticas económicas ou decisões de empresas ou bancos apenas 14%, a criação de um grupo de apoio a uma causa apenas 13%, e o comentário sugerindo apoio a um partido político apenas 12%. Em termos de perfis, a uma superior instrução parece corresponder maior sensibilidade para com causas internacionais, e a crítica a práticas económicas ou decisões empresariais colhe sobretudo entre profissionais técnicos e de enquadramento.

### **Abaixo-assinados, cartas de protesto e contactos com instituições**

Analisados alguns indicadores relativos à prática de contacto cívico com instituições públicas resulta, em primeira instância, a constatação de uma aparente significativa apatia da população: mesmo tendo a prática aumentado em cerca de 5% face a 2003 (cifrou-se em 10%, então), é esmagadora a maioria que revela pouca cidadania desta natureza – 83% nunca colaboraram ou desenvolveram qualquer tipo de iniciativa neste particular.

Este dado é particularmente importante enquanto contexto para a realidade cívica nacional, na qual volta a ser patente a diferença entre os conhecimentos detidos pelas elites cidadãs e pela restante população: ainda que a utilização da internet pareça assumir algum relevo (21%, face a 7% de não-utilizadoras/es), a prática é revelada sobretudo por aquelas/es com desempenho profissional qualificado (29% de profissionais técnicos e de enquadramento) e com qualificação superior (26%).

Outro dado relevante prende-se com a mobilização de recursos informacionais em função da proximidade do órgão de soberania destinatário da acção: são sobretudo deputados da Assembleia da República (35%) e Presidente da República (25%) – representantes políticos directos – a constituírem o ponto de chegada do contacto. A distância parece igualmente justificar a opção no âmbito do contacto tentado com ministros (19%). Entre a população não-utilizadora de Internet prima o contacto diri-

gido a Câmaras Municipais (25%), de possível maior disponibilidade de proximidade física.

Também ao nível das petições, cujo desenvolvimento beneficia compreensivelmente o contacto à distância, é possível verificar uma utilização considerável por parte de utilizadores de internet (51%), que duplicou face a 2003. Contudo, o que merece maior destaque é o facto de que metade revela não o fazer, levantando com autoridade a questão não apenas das competências mas sobretudo do perfil de quem utiliza os recursos, e não tanto a natureza dos recursos utilizados.

### **Associativismo**

Ilustração clara do perfil cívico da população portuguesa, uma indesmentível maioria (80%) não revela pertença a qualquer instituição de natureza associativa formal,<sup>3</sup> em linha com o verificado há dez anos, ou seja, plano no qual o desenvolvimento tecnológico informacional do país nada transformou. Em paralelo, apenas 5% revela integrar um grupo informal movido pela solução de problemas partilhados – a maior parte dos quais, em linha com o argumento deste artigo, pertencendo também a entidades associativas formais.

Na mesma linha, a integração e envolvimento associativo formal é marcadamente superior junto das elites literadas (32% entre quem revela posse de formação superior) face à população menos escolarizada (16% entre quem completou apenas o ensino básico), o mesmo ocorrendo relativamente aos grupos informais (32% para 10%).

É também sintoma da natureza da participação associativa da população a preferência demonstrada por aquela de índole desportiva (40%, o dobro da revelada para as de índole cultural – 21% – e duas vezes e meia mais face às de natureza sindical ou profissional – ambas com 12%).

### **Notas conclusivas**

Pretendeu-se com o trabalho que aqui se termina uma abordagem crítica da relação entre cidadã(o)s e TIC, com vista a reequacionar o papel da disponibilidade de espaços virtuais na participação cívica política. Como perspectiva de partida, aqui se considerou que tal disponibilidade não se traduz em maior igualdade ao nível dessa participação, designadamente afirmando-se a perenidade explicativa dos limites e condições pré-existentes a essa participação. Como tal, propôs-se inicialmente que uma das mais decisivas dimensões neste plano seria a prevalência da acção de elites, particularmente a partir do ponto de vista da teoria democrática elitista competitiva, em detrimento de qualquer variante teórica mais deliberativa pluralista. Que resultados ofereceu, a esta luz, este trabalho?

---

3. Associações, clubes, organizações não governamentais (ONG), sindicatos, partidos políticos ou outras entidades.

Na base da participação mantêm-se, com efeito, perfis de experiência participatória prévia, de literacia e conhecimento especializado, a par de forças socioeconómicas em acção em contextos cuja natureza não muda com a velocidade do desenvolvimento tecnológico. Por essa razão, os enunciados de triunfalismo técnico e do seu determinismo sobre a natureza social da acção pecam, hoje como em cada um dos contextos passados de reflexão sobre a emergência de meios de comunicação à distância, ora por excessivo entusiasmo, ora por deficiente consideração das estruturas e conjunturas em que a sua utilização tem lugar.

Também na era da Internet e das redes sociais virtuais a enunciação da tecnologia como dispositivo de solução mágica – ou magnífica ocultação – de problemas de democracia e desigualdade social se tornou ensurdecidora. O caso destas últimas é particularmente sintomático: tomando abusivamente de empréstimo a ideologia anarquista-igualitária com a qual uma parte da Internet nunca deixou de ser conotada desde o seu início (Berners-Lee, 2010), o discurso parece confirmar a inevitabilidade – muitas vezes de forma comprometidamente celebratória e até panglossiana (Silvio, 2010) – escreve-se sobre elas poderem produzir (ou, pior, terem efectivamente produzido (Badre, 2013)) protesto, revolta popular ou democratização da governança por si próprias, como uma variável independente.

Ainda que os sites de redes sociais virtuais reduzam parcialmente<sup>4</sup> os custos da participação mediante a oferta de uma infra-estrutura de gestão mais eficiente de informação e mobilização entendida no seu plano puramente técnico, tal não substitui nem subalterniza as componentes de atracção da cidadania não envolvida em acção, designadamente a sociabilidade interpares, o cálculo associado ao desempenho de papéis, a selectividade na avaliação da informação disponibilizada, e parece de grande arrogância – e não menor desconhecimento da História – científica atribuir-lhe o ónus de transformação das desigualdades estruturais inerentes à participação política.

Sem prejuízo de poder fazer sentido, no plano técnico, considerar que os sites de redes sociais apresentam limiares mais baixos para a participação e, por essa razão, podendo atrair novos grupos de cidadã(o)s anteriormente inativos, o que se verifica é que aquelas/es não activos na política assim permanecem. Como defende Gustaffsson (2013), parece predominar entre estes últimos a cautela, selectividade ou distanciamento nem sempre encontrados entre grupos de interesse ou membros de partidos políticos, habituais enunciadores de uma visão positiva das possibilidades oferecidas pelas políticas virais e pela disseminação de conteúdo político por meio de sites de redes sociais virtuais: não se envolvem em política no Facebook por razões desde a aversão à linguagem do debate político online à privacidade a que preferem votar as suas opiniões políticas em espaços de perigosa visibilidade pessoal e profissional, passando pela desconsideração destes espaços virtuais como adequados ao debate e

4. Não eliminam, por si só, a necessidade de acesso a dispositivos ou aos conhecimentos (e respectivo custeio) necessários à sua utilização.

envolvimento. Não parece, pois, fazer grande sentido atribuir-lhes por determinismo tecnológico o que por perfil não valorizam ou procuram, o que não augura qualquer rejuvenescimento do seu perfil participatório político.

Neste sentido, estes espaços e as tecnologias nas quais o viés da análise demasiadas vezes se ancora não apenas não são incompatíveis com a democracia representativa competitiva elitista descrita por Schumpeter e Downs como contribuirão, com frequência, para acentuá-la. Assim sendo, o modelo de participação associado a esta democracia elitista reforçada não deve ser considerada de massa, apresentando pouco em comum com o cumprimento do tipo ideal de democracia deliberativa da esfera pública em rede, e significativamente mais próxima do exercício de poder de elites numa democracia competitiva, na qual o poder se encontra ainda nas mãos de representantes eleitas/os, sujeitas/os a mecanismos de pressão de interesses apenas acrescentados, e não substituídos.

A teoria da elite clássica (Putnam) e a teoria democrática (Schumpeter) devem, pois, manter-se no horizonte, em detrimento das visões utópicas igualitaristas (Lévy, Rheingold, Benkler), sublinhando não ser possível afirmar qualquer modelo igualitário de organização apenas pela disponibilização de novos meios tecnológicos cuja utilização tem de ser socio-semioticamente construída e negociada (Bijker et al, 1987; Smith & Marx, 1994; Dagnino, 2002; Wyatt, 2008; Martino, 2012). E neste âmbito as desigualdades estruturais e estruturantes, os perfis de cidadãs e cidadãos, mantêm a sua importância decisiva enquanto variável explicativa da ação e participação política da população: como afirma Schattschneider (1975), o sistema político é enviesado e desequilibrado em prol de uma fração, a das/os mais educadas/os, e a diferença entre quem participa e quem observa é muito maior que entre quem vota e quem não vota. Em sentido semelhante afirma Putnam (2000) que a posse de conhecimento técnico, sobretudo entre grupos especializados, opera como um mecanismo que despoja o processo democrático de poder, encaminhando para os especialistas que decidem ou, pelo menos, influenciam os processos de decisão.

## Referências

- Adler, R. & Goggin, J. (2005). What Do We Mean By “Civic Engagement”? *Journal of Transformative Education*, 3(3): 236-253.
- Anduiza, E.; Cantijoch, M. & Gallego, A. (2009). Political Participation and the Internet. A Field Essay. *Information, Communication & Society*, 12(6): 860-878. DOI: 10.1080/13691180802282720.
- Badre, A. (2013). Deconstructing the “Arab Spring”: A Constructivist Analysis. Paper presented at the Conference *Globalization and the New Economies*, Babeş-Bolyai University; Faculty of European Studies, Cluj-Napoca, Romania. [www.](http://www.)

- researchgate.net/publication/3157692071\_Deconstructing\_the\_Arab\_Spring\_A\_Constrcutivist\_Analysis.
- Barnes, S.; Kaase, M. *et al.* (1979). *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. London & Beverly Hills: Sage.
- Berger, B. (2009). Political Theory, Political Science, and the End of Civic Engagement. *Perspectives on Politics*, 7(2): 335-350.
- Berners-Lee, T. (2010). Long live the web: a call for continued open standards and neutrality. *Scientific American*. [www.w3c.it/talks/2012/lpw/tbl-LongLiveWeb-ScAm.pdf](http://www.w3c.it/talks/2012/lpw/tbl-LongLiveWeb-ScAm.pdf).
- Bijker, W.; Hughes, T. & Pinch, T. (eds.) (1987). *The social construction of technological systems*. Cambridge: MIT Press.
- Brady, H. (1999). Political Participation. In J. Robinson, P. Shaver & L. Wrightsman (eds.), *Measures of Political Attitudes* (pp. 737-801). San Diego: Academic Press.
- Cardoso, G.; Espanha, R. & Gomes, C. (2006). *Inquérito Sociedade em Rede em Portugal*. Relatório final de projecto nacional, Lisboa: CIES.
- Cardoso, G.; Mendonça, S. & Quintanilha, T. (2014). *A Internet em Portugal – Sociedade em Rede 2014*. Lisboa: OberCom.
- Chandler, D. (1995). *Technological or Media Determinism*. Disponível em [www.researchgate.net/publication/265101073\\_Technological\\_or\\_Media\\_Determinism](http://www.researchgate.net/publication/265101073_Technological_or_Media_Determinism).
- Charaudeau, P. (2002). *O discurso entre a ação e a comunicação*. [www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-entre-a-acao-e-a.html](http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-entre-a-acao-e-a.html).
- Coleman, J. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, 94: 95-120.
- Costa, A.; Cardoso, G.; Conceição, C. & Gomes, M. (2004). *A Sociedade em Rede em Portugal*. Lisboa: Campo das Letras.
- Dagnino, R. (2002). Enfoques sobre a Relação Ciência Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo. *DataGramaZero*, 3(6). Disponível em [www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000001273/990902297b21302aabec39203c0a12e6/](http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000001273/990902297b21302aabec39203c0a12e6/).
- Ekman, Joakim, Erik Amna (2012). Political Participation and Civic Engagement: towards a new typology. *Human Affairs*, 22: 283-300. DOI: 10.2478/s13374-012-0024-1.
- Ellison, N.; Steinfield, C. & Lampe, C. (2011). Connection strategies: social capital implications of Facebook-enabled communication practices. *New Media & Society*, 13(6): 873-892.
- Garfinkel, H. (1984). *Studies in Ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press.



- Glynn, C.; Herbst, S.; Lindeman, M. & O'Keefe, G. (2015). *Public Opinion*. Routledge.
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *The American Journal of Sociology*, 78(6): 1360-1380.
- Gustaffson, N. (2013). *Leetocracy: Political participation, social network sites and inequality*. Dissertation, Lund University, Lund. Disponível em: <http://portal.research.lu.se/ws/files/4203433/3631662.pdf>.
- Habermas, J. (1981). *Teoría de la acción comunicativa. II – Crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus
- Hardt, H. (2001). *Social Theories Of The Press: Constituents Of Communication Research, 1840'S To 1920'S*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Hindman, M. (2008). *The Myth of Digital Democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- Hooghe, M. & Dejaeghere, Y. (2007). Does the “Monitorial Citizen” Exist? An Empirical Investigation into the Occurrence of Postmodern Forms of Citizenship in the Nordic Countries. *Scandinavian Political Studies*, 30(2): 249-271.
- Inglehart, R. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1997). *Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Kaase, M. & Marsh, A. (1979). Political Action. A Theoretical Perspective. In S. Barnes, M. Kaase et al., *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies* (pp. 27-56). London & Beverly Hills: Sage.
- Marchiori, M.; Ribeiro, R.; Soares, R. & Simões, F. (2010). Comunicação e Discurso: Construtos que se relacionam e se distinguem. *GT ABRAPCORP 2 – Processos, políticas e estratégias de comunicação organizacional*. [www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2\\_Marchiori\\_etal.pdf](http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Marchiori_etal.pdf).
- Martino, L. (2012). Philosophie de la Technique et Technologies de la Communication, in Oumar Kane, Charles Perraton e Fabien Dumais, Mobilisation de l'objet technique dans la production de soi. *Cahiers du Gerase*. Presse Universitaire du Québec.
- Milbrath, L. & La Goel, M. (1977). *Political Participation. How and Why People Get Involved in Politics*. Chicago: Rand McNally.
- Montero, J.; Westholm, A. & van Deth, J. (2007). Conclusion: The Realisation of Democratic Citizenship in Europe. In J. van Deth, J. Montero & A. Westholm (eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis* (pp. 415-438). London & New York: Routledge.

- Noelle-Neumann, E. (1974). The Spiral of Silence a Theory of Public Opinion. *Journal of Communication*, 24(2): 43-51. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1974.tb00367.x.
- Norris, P. (2002). *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oser, J.; Hooghe, M. & Marien, S. (2013). Is Online Participation Distinct from Offline Participation? A Latent Class Analysis of Participation Types and Their Stratification. *Political Research Quarterly*, 66(1): 91-101. DOI: 10.1177/1065912912436695.
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster.
- Resnick, P. (2001). Beyond Bowling Together: SocioTechnical Capital. In J. Carrol (ed.), *HCI in the new Millenium* (pp. 247-272). Boston: Addison-Wesley.
- Sartori, G. (1970). Concept Misformation in Comparative Politics. *American Political Science Review*, 64(4): 1033-1053.
- Schattschneider, E. (1975). *The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. Cengage Learning.
- Schudson, M. (1996). What if Civic Life Didn't Die?. *American Prospect*, 25: 17-20.
- Schudson, M. (1999). Good Citizens and Bad History: Today's Political Ideals in Historical Perspective. Paper presented at a *Conference on the Transformation of Civic Life*. Middle Tennessee State University, November 12-13.
- Silvio, T. (2010). Confessions of an Aca-Fan: The Official Weblog of Henry Jenkins. *American Anthropologist*, 112(2): 314-320. DOI: 10.1111/j.1548-1433.2010.01238.x.
- Smith, M. & Marx, L. (eds.) (1994). *Does Technology Drive History? The Dilemma of Technological Determinism*. Cambridge: MIT Press.
- Stolle, D.; Hooghe, M. & Micheletti, M. (2005). Politics in the Super-Market: Political Consumerism as a Form of Political Participation. *International Political Science Review*, 26(3): 245-269.
- Teorell, J. (2003). Linking Social Capital to Political Participation: Voluntary Associations and Networks of Recruitment in Sweden. *Scandinavian Political Studies*, 26(1): 49-66.
- Teorell, J.; Torcal, M. & Montero, J. (2007). Political Participation: Mapping the Terrain. In J. van Deth, J. Montero & A. Westholm (eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis* (pp. 334-357). London & New York: Routledge.

- Van Deth, J. (2001). Studying Political Participation: Towards a Theory of Everything?. Paper presented at the *Joint Sessions of Workshops of the European Consortium for Political Research*, Grenoble, 6-11 April. [www.academia.edu/2233354/STUDYING\\_POLITICAL\\_PARTICIPATION\\_TOWARDS\\_A\\_THEORY\\_OF\\_EVERYTHING](http://www.academia.edu/2233354/STUDYING_POLITICAL_PARTICIPATION_TOWARDS_A_THEORY_OF_EVERYTHING).
- Verba, S.; Schlozman, K. & Brady, H. (1995). *Voice and Equality. Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press.
- Verba, S. & Nie, N. (1972). *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. New York: Harper & Row.
- Wyatt, S. (2008). Technological Determinism is Dead; Long Live Technological Determinism. In E. Hackett, et al. (eds.), *The Handbook of Science and Technology Studies* (pp. 165-180). Cambridge: MIT press.
- Zukin, C.; Keeter, S.; Andolina, M.; Jenkins, K. & Carpini, M. (2006). *A New Engagement? Political Participation, Civic Life and the Changing American Citizen*. Oxford: Oxford University Press.